



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdorniro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 111ª SESSÃO LEGISLATIVA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colação (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato, Emilia Belinati, José Arthur Ritti, Nelson Justus e Severino Félix (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Ofício:

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S. A. ELETROSUL
 Florianópolis, 13 de novembro de 1992.
 Senhor Presidente.

1. Ao cumprimentá-lo respeitosamente, estimaria fazer chegar às mãos de Vossa Excelência, documentação que permite o perfeito conhecimento do atual momento pelo qual passa a ELETROSUL.

2. A atual administração apresentou, já no dia da sua posse (03/07/90), um Programa de Gestão para o período 90/93. Desde então, como bem demonstra toda a documentação anexada (doc. nº 10), fruto do esforço da maioria do corpo de empregados, a Empresa vem apresentando melhorias sensíveis em sua performance, já reconhecidas pelas Revistas Exame e Conjuntura Econômica.

3. Obviamente, Senhor Presidente, que uma série de ações encetadas contrariaram e ainda contrariam algumas "lideranças" sindicais, adeptas da tese do "quanto pior melhor". Tendo perdido o espaço político, a representatividade junto ao corpo funcional e agora inconformados com o sucesso alcançado pela Empresa no âmbito do Setor Público e da sociedade, têm tais "lideranças", sistemática e de forma articulada, buscado denegrir a minha imagem com inverdades, calúnias e difamações, com o objetivo claro de ocupação de espaço na administração. Várias ações, judiciais, algumas já com decisão a meu favor, estão em curso, buscando reparar os danos morais e de imagem.

4. Na continuidade dessa ação articulada, tendo como mote a CPI do "Esquema PP", de todo já esclarecida no que toca à ELETROSUL e Fundação ELOS, vêm, os Sindicatos dos Eletricistas dos vários estados, utilizando-se dos vínculos com alguns Deputados, tentando com que as nobres Casas Legislativas enviem moções ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro de Minas e Energia, no sentido de minha substituição no cargo de Presidente da Empresa.

5. Assim é, Senhor Presidente, que já estivemos nas Assembléias Legislativas dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande Sul (doc. nº 12 a 19), demonstrando com a farta documentação que ora estamos lhe entregando, a realidade dos fatos e evitando que, por falta de informação, os Senhores Deputados sejam movidos por interesses contrários ao desenvolvimento energético da Região.

6. Tivemos conhecimento que o Deputado Florisvaldo Fier dessa Casa, protocolou requerimento neste sentido. Permita-me, Senhor Presidente, ter na sua pessoa, de posse dos citados documentos, a possibilidade de transmitir aos seus Pares as informações fidedignas para a sua superior tomada de decisão.

7. A luta pelo poder, Excelência, é natural, mas que ela não passe pelo ataque injustificado à minha honra, pela quebra da tranquilidade do meu lar e pelo desmonte de todo um trabalho sério que está sendo desenvolvido na ELETROSUL, em favor da sociedade dos 4 estados de nossa área de atuação.

8. A título de informação quero que Vossa Excelência saiba que, mesmo não tendo sido notificado pela citada CPI, já providenciei a entrega de toda a documentação financeira e patrimonial minha e de minha família, relativa aos últimos cinco anos, numa demonstração inequívoca de que a transparência tem sido a tônica da minha vida, já na condição de ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual e ex-Candidato ao Governo do meu Estado. Por ter sido o único dos relacionados a proceder de tal forma, fui objeto de registro especial por parte de Sua Excelência o Senhor Senador Elcio Alvares, Presidente daquela Comissão e fartamente veiculado na Imprensa regional e nacional.

9. Na certeza de que ambos buscamos apenas a verdade, agradeço antecipadamente a atenção, reiterando expressões de estima e consideração.

(a) AMILCAR GAZANIGA
Diretor Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 331/92 (Mensagem nº 96/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Política Habitacional, visando dar prosseguimento às obras do Programa Casa da Família, em diversos municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 333/92 (Mensagem nº 94/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 634.877.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e setenta e sete mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas de manutenção e conservação da frota de veículos e das aeronaves da Governadoria.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 332/92 (Mensagem nº 95/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.822.000,00 (oitenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, visando atender despesas com reparos e adaptações das instalações da entidade.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 343/92 (Mensagem nº 99/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.205.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e cinco milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do DETRAN, visando atender despesas com a construção, instalação e manutenção das CIRETRAN'S do PASEP.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 344/92 (Mensagem nº 100/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.313.120.000,00 (um bilhão, trezentos e treze milhões, cento e vinte mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa, visando atender despesas referentes a equipamento e material permanente e aquisição de imóveis.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 341/92 (Mensagem nº 97/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 232.678.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, visando atender despesas com reparos e adaptações das instalações da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 342/92 (Mensagem nº 98/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.908.715.000,00 (um bilhão, novecentos e oito milhões, setecentos e quinze mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, visando atender as despesas com de manutenção e dos programas desenvolvidos pela entidade.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 340/92 (Mensagem nº 93/92), de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar àquele Poder a firmar re-ratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao Município de Engenheiro Beltrão, a fim de possibilitar ao donatário a utilização de tal imóvel para outras finalidades ligadas ao interesse da municipalidade.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 013/92, que concede Pensão Mensal Vitalícia a providos em cargos co-

missionados.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao Senhor ANTONIO BORDIN, através da Lei nº 9.365, de 12.09.90, seja no dia 11 de dezembro de 1992, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Ordinária do dia 26 de novembro em Sessão Especial, a fim de que seja possível a realização da palestra do Senador José Richa e do Deputado Federal José Serra, respectivamente sobre "Parlamentarismo" e "Voto Distrital Misto".

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(aa) HERMAS BRANDÃO, ANTONIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, GERALDO CARTARIO, COLOMBINO GRASSANO, PAULO MAIA, PLAUTO MIRO GUIMARÃES e DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor SEBASTIAO JOSE PEREIRA, ocorrido no dia 13 de novembro passado.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa da viúva, senhora Maria Ilza Pereira, à Rua Rio Grande do Sul, 1.500, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela realização do I CONGRESSO ESTADUAL DO ESPORTE, no Centro de Convenções de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, Secretário Especial de Esporte e Turismo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações ao Município de Capanema, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, dia 14 de novembro, passado.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O pioneiro Octavio Francisco de Matos, a serviço do Governo na marcação da trilha da chamada Marcha para o Oeste, determinada pelo Governo Vargas em princípios dos anos 40, encontrou as "terras mais férteis do mundo", às margens do extraordinário caudal do Rio Iguaçu e ali demarcou a melhor localização para o povoado que serviria de entreposto para a difícil travessia do rio.

Marcava, também, a localização daquele que seria um grande município, produtor de cereais de boa qualidade e, pela tradição dos seus colonizadores, de suínos. Do entusiasmo do pioneiro floresceu a ocupação da área e surgiu a velha e saudosa Estrada do Colono. A desativação dessa via foi um duríssimo golpe na economia do Município, mas não derrotou o ânimo do seu povo, que continua a perseguir o sonho e os objetivos do pioneiro. Essa luta interminável merece a homenagem ora proposta aos nobres Pares, como reconhecimento à população de Capanema.

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações ao Município de Planalto, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, dia 11 de novembro, passado.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Planalto foi desmembrado do de Capanema pela Lei nº 4731, de 10 de dezembro de 1963 e instalado a 11 de novembro de 1964. Pela localização privilegiada e pela força de sua colonização, destacou-se como produtor de cereais (feijão, trigo, milho e soja), gado de corte e suínos. A luta pela emancipação foi uma consequência política do grande potencial que precisava ser explorado em benefício da própria comunidade. E mais uma vez o povo da antiga vila mostrou-se resolutos, alcançando sua elevação a distrito em abril de 1962 e a emancipação política e administrativa no ano seguinte.

Justas, pois, as homenagens ao Município e ao povo de Planalto, às quais associamos o Poder Legislativo Paranaense pelo voto dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de votos de congratulações ao Presidente Itamar Franco por sua resistência aos aumentos de preços dos combustíveis.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) GERALDO CARTARIO

Apoio: João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A opinião pública nacional tem acompanhado com interesse e grande simpatia a relutância do Senhor Presidente em exercício, Itamar Franco, em autorizar aumentos de preços dos combustíveis, sem uma precedente auditoria nas contas da PETROBRAS, para ser apurada a efetiva necessidade dos reajustes.

O inusitado procedimento presidencial cria uma atmosfera nova na deteriorada paisagem econômica do País e no mínimo rompe com o círculo vicioso dos reajustes de preços que tanto embaraço e dificuldade têm causado à economia das pessoas e à Nação em geral.

A decisão do presidente é um primeiro grande passo para o controle da verdadeira psicose de aumentos que vai afogando o País e institucionalizando os abusos.

Entendendo que esta Assembléia Legislativa deve tomar posição a respeito, propõe-se a aprovação de votos de congratulações ao Presidente da República, pedindo-se, finalmente, o envio de ofício ao Chefe do Governo, encarecendo a necessidade de uma norma que imponha a vigência do reajuste no mínimo 24 horas após a edição do ato que o autoriza.

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feita a consagração na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Ilustre Médico e Professor Elias Abrão, pelo título de Cidadão Honorário de Curitiba, que lhe será outorgado em data de 20 de novembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 20 de novembro do ano em curso, será outorgado o título de Cidadão Honorário de Curitiba, ao ilustre Médico e Professor Dr. Elias Abrão, por sua maravilhosa atuação e competência na conduta de sua vida profissional, como pioneiro na implantação do serviço de cirurgia vascular do Hospital Nossa Senhora das Graças, nesta capital no ano de 1972, e também como personalidade que sempre procurou a perfeição, através da pesquisa científica.

E portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas ao Ilustre Médico e Professor paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando sejam feitas gestões, objetivando a liberação de recursos necessários para a construção de uma Unidade Escolar nova, para o ensino de 1º grau - de 5ª a 8ª séries, para atender alunos procedentes dos Bairros: Jardim Santa Paula, Parque Dom Pedro II e Núcleo Residencial Verona - setores 53, 54 e 56, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Ponta Grossa, decorrente do surgimento de novos núcleos habitacionais e de onde provém a maior clientela estudantil, constitui a razão principal da presente propositura, à medida em que a afluência de alunos aos estabelecimentos estudantis também é maior.

Estes por sua vez, sem que possuam a estrutura necessária para acolhê-los, se deparam a cada ano letivo com a falta de vagas.

Embora Ponta Grossa conte com uma rede

Curitiba, terça, em 17.11.92

escolar abrangendo grande parte dessa clientela, o crescimento populacional torna imperioso que medidas alternativas sejam adotadas, voltadas para a expansão dessa rede e de forma a adequá-las às necessidades.

Com a visão voltada para um futuro muito próximo, é que nos empenhamos na presente proposição, objetivando que Ponta Grossa seja contemplada com novas unidades escolares.

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando sejam feitas gestões, objetivando a liberação de recursos necessários para a construção de uma Unidade Escolar nova em Ponta Grossa, para atender a clientela estudantil de 5ª a 8ª séries do 1º grau, residentes no Jardim Esplanada e adjacências.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Ponta Grossa, decorrente do surgimento de novos núcleos habitacionais e de onde provém a maior clientela estudantil, constitui a razão principal da presente propositura, à medida em que a afluência de alunos aos estabelecimentos estudantis também é maior.

Estes por sua vez, sem que possuam a estrutura necessária para acolhê-los, se deparam a cada ano letivo com a falta de vagas.

Embora Ponta Grossa conte com uma rede escolar abrangendo grande parte dessa clientela, o crescimento populacional torna imperioso que medidas alternativas sejam adotadas, voltadas para a expansão dessa rede e de forma a adequá-las às necessidades.

Com a visão voltada para um futuro muito próximo, é que nos empenhamos na presente proposição, objetivando que Ponta Grossa seja contemplada com novas unidades escolares.

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Senhor Governador do Estado, Roberto Requião

ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão e ao Ilmo. Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando sejam feitas gestões, objetivando a liberação de recursos necessários para a ampliação de 6 (seis) salas de aula e demais dependências na Escola Estadual José Gomes do Amaral, situada em Ponta Grossa, setor 58, de forma a atender a demanda de alunos de 5.^a a 8.^a séries.

Sala das Sessões, em 17.11.92

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo adequar o Colégio em questão de condições as mais favoráveis, para atender a demanda cada vez mais crescente de alunos que a cada exercício afluem para lá. Essa procura, deve-se ao surgimento de novos núcleos habitacionais na periferia do município, o que seguramente se agravará para o ano letivo de 1993, gerando problemas seriíssimos à Direção, que a cada exercício se depara com o problema da oferta de vagas. É grande a demanda de alunos e limitado o espaço físico para acolhê-la.

A preocupação maior da Direção consiste naqueles que não poderão ser atendidos por falta de vagas e o seu conseqüente deslocamento às escolas do centro da cidade.

Diante desse quadro, faz-se premente que medidas urgentes sejam adotadas, visando a ampliação e a construção de novas salas de aula, como meio de sanar essa preocupante questão.

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Senhor Governador do Estado Roberto Requião, ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação Elias Abrahão e ao Ilmo. Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício de Mello e Silva, solicitando gestões, objetivando a liberação de recursos necessários para a ampliação de 05 (cinco) salas de aula, sanitários e laboratório do Colégio Estadual João Ricardo Von Borell Du Vernay, de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.11.92

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo adequar o Colégio em questão de condições as mais favoráveis, para atender a demanda cada vez mais crescente de alunos que a cada exercício afluem para lá. Essa procura, deve-se ao surgimento de novos núcleos habitacionais na periferia do Município, o que seguramente agravará para o

ano letivo de 1993, gerando problemas seriíssimos à Direção, que a cada exercício se depara com o problema da oferta de vagas. É grande a demanda de alunos e limitado o espaço físico para acolhê-la.

A preocupação maior da Direção consiste naqueles alunos que não poderão ser atendidos por falta de vagas e o seu conseqüente deslocamento às escolas do centro da cidade.

Diante desse quadro, faz-se premente que medidas urgentes sejam adotadas, visando a ampliação e a construção de novas salas de aula, como meio de sanar essa preocupante questão.

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Educação, solicitando a liberação de recursos financeiros do Projeto Desenvolvimento do Ensino Agrícola, para implantação do Centro Agro-Silvi-Pastorial de Irati.

Sala das Sessões, em 17.11.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Educação, solicitando que o mesmo libere recursos financeiros da FUNDEPAR, do Projeto Expansão, Melhorias e Manutenção da rede física, para escolas pertencentes ao Estado, nos seguintes Municípios: Irati, Mallet, Rebouças, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Imbituva, Rio Azul, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Quinta do Sol, Corumbataí do Sul, Boa Esperança, Farol, Rancho Alegre do Oeste, Ubatã e Araruna.

Sala das Sessões, em 17.11.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro e ao Líder do Governo, Deputado Roberto Freire, para que tomem a iniciativa de colocar em votação as emendas do Senado ao Projeto de Lei da Reforma Agrária, na Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 17.11.92

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A Reforma Agrária é a necessidade nú-

mero um do campo no Brasil. Seja quem for, da direita, da esquerda; do Norte, do Sul; da cidade ou da roça, ninguém em sã consciência pode dizer que o País não precisa de Reforma Agrária, e que a agricultura vai bem.

Todos os governos, do golpe militar para cá, mostram-se simpáticos à Reforma Agrária, porém ficam sô na simpatia. Na prática pouco se faz e favorecendo os latifundiários. Os números espelham bem a realidade: hoje, dos 5 milhões de proprietários rurais, apenas 46 mil são donos de 162 milhões de hectares - praticamente a metade das terras agricultáveis do Brasil. Somente os 20 maiores proprietários rurais têm, juntos, exatos 20 milhões, 219 mil e 412 ha - 5% das terras agricultáveis, - o equivalente a mesma quantidade de terra que os 3 milhões e 300 mil pequenos agricultores têm juntos.

Sabemos que vários países do mundo já promoveram a Reforma Agrária e saíram ganhando. Em 39 países foram redistribuídos cerca de 43 milhões de ha., beneficiando mais de 9 milhões de famílias. Entre estes países podemos citar a Itália, o Japão, os EUA, a Coréia do Sul, Formosa, México, Hungria e a Espanha.

No Brasil, desde 64, quando se aprovou mas não se aplicou o Estatuto da Terra, o conflito e disputa pela terra vem se acirrando: de lá para cá foram assassinados 1.647 trabalhadores e líderes rurais entre os quais Chico Mendes.

A Constituição de 87 é clara e determina que se faça Reforma Agrária desapropriando os imóveis improdutivos e sem função social. Até agora se utilizou da desculpa de que para fazer Reforma Agrária precisava de Lei Complementar.

Encaminhou-se entre os Deputados uma proposta de Lei Complementar que foi finalmente aprovada, em agosto de 1992, na Câmara dos Deputados. Este projeto foi para o Senado, sofreu emendas que necessitam ser apreciadas pela Câmara, para que possa ser encaminhada à Presidência da República para apreciação.

Solicitamos, portanto, que tomem a iniciativa de colocá-las em votação tais emendas.

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar, solicitando a implantação do SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA - SIATE, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava é o grande Município do Centro Oeste paranaense, abrigando uma população de 160.000 habitantes. Os serviços de atendimento de emergência, prestados pelo SIATE, têm se mostrado bastante eficazes, através de suas viaturas equipadas com UTI e pessoal especializado. A vista do que consta do Orçamento/93, a implantação nos Municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, solicitamos também para Guarapuava, tal atendimento.

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, através do seu Presidente Doutor HEITOR WALLACE DE MELO E SILVA, solicitando estudos para instalação de uma agência no Município recém-criado de Ângulo.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato que este Município foi criado recentemente e conta atualmente com uma população de aproximadamente 3.000 habitantes e não tem nenhuma agência bancária para atender os seus munícipes.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) JOSE ALVES

REQUERIMENTO Nº 1783

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto a Secretaria de Estado da Administração, necessárias a complementação do Projeto de Lei nº 270/92, que regulamenta a atividade de Leiloeiro Oficial junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 270/92 ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Administração, a fim de que a mesma se manifeste quanto a proposta de duto Parlamentar em regulamentar a atividade de Leiloeiro Oficial junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1784

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de

informações junto a Junta Comercial do Estado do Paraná, necessárias a complementação do Projeto de Lei nº 270/92, que regulamenta a atividade de Leiloeiro Oficial junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 270/92 ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Junta Comercial do Estado do Paraná, a fim de que a mesma se manifeste quanto a proposta de douto Parlamentar em regulamentar a atividade de Leiloeiro Oficial junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Secretário do Meio Ambiente, Tadeu França, solicitando:

- Quais os motivos pelos quais foram introduzidos no Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 1993, recursos na ordem de Cr\$ 17.525.000.000,00 (dezessete bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), nesta Secretaria, na Unidade: Instituto Ambiental do Paraná - IAP - Dotação: 4696.13070 212.465, Natureza da Despesa 31910000 - Sentenças Judiciais?

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) NILTON BARBOSA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 350/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.92.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, com uma população de cidade

média do Paraná, é uma comunidade em franco crescimento, resultado da obstinada vontade de seu povo em alcançar o progresso individual e coletivo.

Desse processo, está lado a lado, participando do mercado de trabalho, empresarial e comunitário, a população feminina.

É verdade que nessa conquista de espaço, a mulher se depara com uma série de dificuldades; ela sofre toda a sorte de humilhações e atos de violência psicológica e física, na maioria propositadas pela não aceitação de sua independência, devido sua presença ativa e igualitária nos assuntos sócio-econômicos e familiares até recentemente dominados pela população masculina.

Deste modo, vem a Delegacia da Mulher garantir à mulher a defesa de seus direitos constitucionais e ampará-las contra a agressão discriminatória da sociedade, em peculiar a masculina.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste último dia 15, vinte e seis Municípios brasileiros tiveram eleições em segundo turno. O nosso Partido, o PT, concorreu em apenas 11 desses Municípios e fomos vencedores das eleições em 07 deles. São Municípios grandes, com grande densidade populacional, o que mostra que aonde há um debate político mais intenso há uma maior consciência dessa população, e que essa população tenha escolhido, deu preferência aos candidatos do PT.

Em nosso Estado tivemos eleições somente em Londrina, a terceira cidade do Sul do País, e lá nós tivemos um embate Político, chegando em alguns momentos a comprometer a moralidade do candidato adversário Luiz Eduardo Cheida. Houve todo tipo de manobra para que o candidato Wilson Moreira saísse vencedor. No domingo que antecedeu as eleições, num debate na televisão, toda a imprensa regional deu como grande vencedor desse debate o candidato Cheida, e mais: deu como mais preparado na opinião pública para administrar aquela cidade. Fora este fato, nenhum outro fato mais grave, ou mais sério, acabou ocorrendo para levar o Instituto Bonilha às vésperas da pesquisa dizer que Wilson Moreira venceria.

Numa pesquisa do dia 11 de novembro, quatro dias antes das eleições, uma pesquisa do Instituto Bonilha colocava que Cheida tinha 44% das intenções de votos e Wilson Moreira 44,58%, praticamente o empate técnico. Isto foi logo após o debate que eu citei, nessa mesma data a Polícia Federal apreendia panfletos mentirosos do

candidato Wilson Moreira, o que fez com que a sua moralidade, ou pseudo-moralidade, chamaremos assim, que gozava junto aos eleitores londrinenses, ficasse riscada. E todos os Institutos davam o empate técnico na véspera da eleição, menos um dos Institutos, o Bonilha, que colocava Wilson Moreira com 49% e Cheida com 43%, em nítida manobra desse Instituto no sentido de vir a favorecer uma fraude eleitoral no dia das eleições, instituto esse a serviço do banqueiro José Eduardo, que tinha o seu porta-voz na "Folha de Londrina" de propriedade também do dito banqueiro, que financiava a campanha de Wilson Moreira, um dos financiadores.

Essa manobra visou a fraude, mas a população londrinense não acreditou que fosse verdade: pois não existia fato novo que fizesse com que de um empate técnico um dos candidatos tivesse 6% de vantagem na véspera da eleição. Não bastasse esse tipo de manobra, os prefeitos da região, com raras exceções, usaram da máquina pública para fazer campanha para Wilson Moreira. No dia das eleições o ônibus da Prefeitura de Sertãoópolis, de propriedade do Município, foi apreendido transportando cabos eleitorais de Wilson Moreira na cidade de Londrina. Foram apreendidos também ônibus do Município de Leopoldina, ônibus oficiais daquele município transportando cabos eleitorais para Wilson Moreira. Não bastasse isso o Prefeito de Assaí - e eu mesmo presenciei - fazia boca de urna com capangas armados nos 5 Conjuntos.

Portanto, foram jogadas todas as forças do candidato Wilson Moreira, desde a manobra da imprensa até o uso da máquina pública por parte dos prefeitos daquela região, ou a truculência física como eu mesmo constatei ao ver homens armados na região dos 5 Conjuntos, acompanhados pelo Prefeito de Assaí.

E essa truculência eu mesmo presenciei um dos comitês dos 5 Conjuntos que foi invadido por 25 capangas, alguns armados, para fechar na marra um comitê que era um centro de contato entre as escolas onde tinham urnas e os locais onde tínhamos a nossa assessoria jurídica ou assessoria colocada por pessoas, como no meu caso um parlamentar, que acompanhava as votações. Toda essa truculência veio acompanhado de distribuição de fartos panfletos nas eleições como este que passo a ler. Esses panfletos foram jogados nas ruas e eu juntei um deles para ver em que nível chegou a candidatura de Wilson Moreira para tentar ganhar as eleições em Londrina.

(Lê):

"LONDRINA REJEITA A VIOLENCIA
E TERRORISMO DO PT

Londrina e os Cinco Conjuntos não a-

ceitam os agitadores e baderneiros do PT.

O PT trouxe a Londrina terroristas profissionais de São Paulo, Curitiba e do ABC Paulista. Gente estranha à nossa cidade e aos Cinco Conjuntos, com o objetivo de intimidar e amedrontar quem não pensa como eles.

Os londrinenses e os Cinco Conjuntos querem empregos, obras, justiça social e um prefeito que trabalhe.

O PT e Cheida representam a violência, o atraso, a baderna, o terrorismo e o medo que todos viram na quinta-feira à noite.

Só por um milagre crianças e mulheres não foram pisoteadas e agredidas a pedradas pelos baderneiros do PT.

Londrina não quer gente de fora nos afrontando e tentando dizer o que temos que fazer. Queremos liberdade para decidir sem medo.

Não queremos quebra-quebra, arrastão. Londrina não é São Paulo, não é Rio de Janeiro, não é São Bernardo. Não queremos o PT implantado em Londrina.

Londrina quer decidir com tranquilidade, pelo progresso e futuro de todos nós.

LONDRINA SEM MEDO!

FORA PT!

NÃO PRECISAMOS DE GENTE
ESTRANHA NOS ATERRORIZANDO!"

Este foi um dos tipos de panfletos distribuídos na região dos 5 Conjuntos em Londrina.

O que diz que não queria o que ocorreu na 5ª feira, que simplesmente foi num comício de Wilson Moreira, no qual ele não conseguiu falar, por ser vaiado pela população que lá estava, uma vez que os petistas estavam no comício de encerramento, no Jardim Leonor, inclusive colocamos ônibus para transportar quem desejasse ir, nos Cinco Conjuntos para o Jardim Leonor.

Este é o nível da campanha que o nosso adversário tentou implantar e implementar em Londrina. E ele não conseguiu o respaldo daquela população, fazendo com que o nosso candidato chegasse ao final, com 95 mil, 335 votos. Cinquenta vírgula 8 por cento dos eleitores. E Wilson Moreira, com 88 mil e 600 votos, ou seja 48,1. E o nosso candidato com 50,8%

Esta foi uma vitória de quem, na campanha, trabalhou com honestidade. De quem na campanha teve a militância do Partido dos Trabalhadores ao lado. Militância esta que não invadiu Londrina, como dizia a imprensa, ou este panfleto. Que não fez terrorismo nas ruas de Londrina. Que não agrediu a ninguém nas ruas de Londrina. Pelo contrário, paravam os eleitores, e discutiam educada e democraticamente as diferenças entre um candidato e outro.

E o povo de Londrina soube escolher o que é novo e a proposta nova naquelas

Curitiba, terça, em 17.11.92

eleições. E nós temos certeza de que o povo de Londrina terá um dos melhores Prefeitos de sua história, na figura e na pessoa de Luís Eduardo Cheida, médico gastrologista, e que além de ser um grande militante do PT, é amigo pessoal de muitos de nós, petistas.

E por lá tiveram, colaborando com a campanha de Luís Eduardo Cheida: Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Emilia Belinati, Paulo Maia e o Deputado Bona Turra. O que mostra que Cheida era o melhor candidato, uma vez que vários Partidos o apoiavam. E que mostra que tem capacidade e condições para governar a terceira Cidade do Sul do País.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell (Aparte) - Agradeço o aparte de V.Exa. Quero me somar ao seu pronunciamento e realçar a importância da vitória do Cheida em Londrina. Porque nós tínhamos, do outro lado, todas as figuras políticas mais expoentes do Estado do Paraná, as principais lideranças, tradicionais e conhecidas do Estado, apoiando a candidatura e o candidato do PSDB.

Do lado de Cheida estava o povo, a população mais humilde do Município, estavam os trabalhadores, estavam as lideranças populares, sindicais. E a Cidade de Londrina assistiu a uma disputa apaixonada entre a possibilidade de construção de um governo popular e o governo das elites, que estava muito bem caracterizada pelos apoios sociais econômicos e políticos que recebia o candidato do PSDB.

A importância da vitória do Cheida em Londrina retoma uma tradição daquele Município do Estado do Paraná, o segundo em população deste Estado, mas que sempre foi o primeiro a tomar as medidas e as decisões de mudança e avanço em todo o Estado do Paraná.

A vitória do Cheida recoloca Londrina na vanguarda dos acontecimentos políticos em todo o Estado, permite que o Paraná conheça o modo petista de governar, permite ao Paraná conhecer um governo que será democrático, porque ouvirá a população, aqueles que não tiveram voz nunca, serão ouvidos e terão influência no Governo, o povo trabalhador, as entidades da sociedade civil. Será um governo que irá inverter a aplicação dos recursos, priorizando as questões sociais e a melhoria da qualidade de vida do povo daquela Cidade. E acima de tudo, Londrina conhecerá o patrimônio maior que o Partido dos Trabalhadores legou e tem legado à política nacional: que é o comportamento ético, a lisura e os procedimentos administrativos com absoluta transparência.

E nós temos a certeza de que a partir

da vitória do Cheida em Londrina, pelo que representa e pela influência em toda a microrregião, em todo o norte do Paraná, deste Estado, a vitória do Cheida representará uma nova força política, que irá inclusive influir e determinar os rumos da sucessão estadual em 1994, neste Estado. E nós temos certeza de que a partir do excelente trabalho que o Cheida irá desenvolver, nós iremos projetar uma grande liderança que surge, uma nova estrela no Estado do Paraná, que eu tenho certeza que em breve estará ocupando posições políticas mais elevadas neste Estado. Cheida hoje é a grande estrela, a grande novidade das eleições municipais deste ano. Coloca o PT como força política de primeira grandeza do Estado - consolida o Partido dos Trabalhadores.

E nós conseguimos, é bom que se diga aqui, um leque de alianças muito amplo em Londrina com os setores progressistas, democráticos e populares e esse leque demonstrou que as forças democráticas e populares unidas trabalhando com muita garra, com muita determinação consegue vencer o poder econômico. Eu quero também reforçar o agradecimento aos Deputados, especialmente ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra, Deputada Emilia Belinati, Deputado Paulo Maia pelo apoio que emprestaram à candidatura do Cheida e esperamos, todos nós, que nós possamos, aqui, da Assembleia do Paraná, defender não apenas a cidade de Londrina mas defender esse governo que, tenho certeza, será um governo exemplar e que abrirá uma luz para todo o Estado do Paraná. Era isso, obrigado.

O Sr. Mário Bezerra - V.Exa. me permite um aparte?

Eu tenho aqui a "Folha de São Paulo" em minhas mãos e eu gostaria de fazer uma leitura rápida para V.Exa. a respeito da eleição do PT pelo Brasil:

"PT 'moderado' sai fortalecido apesar da derrota em São Paulo.

EMANUEL NERI

O PT moderado e pragmático saiu vitorioso da eleição municipal. O partido elegeu 55 prefeitos - sete deles ganharam o segundo turno no último domingo. O perfil dos petistas eleitos tem tons suaves. Em sua maioria integram a "Articulação", tendência liderada pela direção do partido e a "Nova Esquerda", do Deputado José Genoino (PT-SP). Os novos Prefeitos de Belo Horizonte (MG), Patrus Ananias e Porto Alegre (RS), Tarso Genro, pertencem respectivamente a essas duas correntes.

Também integram o bloco dos moderados petistas o novo Prefeito de Goiânia (GO), Darci Accorsi, e de Rio Branco (AC), Jorge Viana ambos da "Articulação".

Têm o mesmo perfil os novos Prefeitos

de cidades importantes paulistas, como Antônio Pallocci (Ribeirão Preto), David Capistrano (Santos) e Angela Guadagnin (São José dos Campos), Luiz Cheida de Londrina(PR), é "Nova esquerda".

Eu só faço um preâmbulo desse meu aparte a V.Exa. para ilustrar o que representa o PT no Brasil hoje. O PT xiita não ganha mais. Eu quero cumprimentar o Prefeito eleito de Londrina, o Cheida, porque o Moreira nem me conhece, mas eu tenho alguns pontos de convergência com as idéias do Cheida pelo que eu acompanhei pela imprensa em sua campanha eleitoral. Mas a vitória do PT em Londrina, nobre Deputado, deveria ser comemorada com festa e não com retaliações verbais e com revolta, como V.Exa. colocou há algum tempo, criticando o Instituto Bonilha e aqueles que participaram da campanha do Wilson Moreira.

Eu acredito que toda campanha eleitoral tem os seus exageros e na democracia é próprio que se utilize de diversas atitudes para se ganhar uma eleição. A eleição em Londrina foi um exemplo para o Paraná e para o Brasil e que o PT - moderno, conseguiu chegar lá. E se Luiz Eduardo Cheida se utilizasse dos mesmos métodos antigos do PT, eu tenho certeza não teria ganho a eleição.

Ganhou a eleição porque foi moderno, porque soube ser democrático na arregimentação de forças, somou forças inclusive que eram não aceitas por determinados segmentos do Partido: E a sua linguagem ao acusar o Senador Eduardo, o Instituto Bonilha e os Partidos que participaram da campanha eleitoral de Wilson Moreira, realmente é lamentável. Eu que tenho, inclusive por muitas vezes, formado ala junto ao PT nesta Assembléia, eu fico constrangido em ouvir de V.Exa. palavras que não são próprias nem democratas.

Eu cumprimento o Senhor por Londrina pela eleição, mas lamento que V.Exa. se dirige desta tribuna para atirar pedras naqueles que concorreram com o Cheida. Acho que as dificuldades inclusive, valorizam a vitória. Cumprimento o Cheida e lamento as palavras que V. Exa. atira contra aqueles que foram seus oponentes na campanha eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. ROSINHA - Agradeço V.Exa. pela intervenção, mas quero dizer que não existe o PT "xiita", ou PT "light" ou PT que queira ... O PT é um só e todas as correntes políticas que convivem dentro do partido, convivem democraticamente. E não existe a questão dos métodos antigos ou dos métodos novos. A sociedade é dinâmica, a política é dinâmica.

E dentro dessa dinâmica dessa socieda-

de é que vive o Partido dos Trabalhadores elaborando as suas teorias políticas e colocando em prática o que ele elabora. Portanto, nós temos usado o método adequado no momento próprio. Se antigamente o método era outro é porque era adequado ao confronto daquele instante. Mas, o Partido dos Trabalhadores recebeu com festa e muita festa a vitória destes sete candidatos destas sete cidades e, principalmente de Londrina. Agora as críticas são necessárias e devem ser feitas.

Para se ter uma idéia Senhores Deputados, essa pesquisa do Instituto Bonilha na Folha de Londrina que foi o momento que eu critiquei o Senador José Eduardo, essa pesquisa tinha de tão nítida manobra que os jornalistas desta empresa não queriam fechar o jornal na sexta à noite porque entenderam a manobra visando a fraude. Todos eles pararam de trabalhar na sexta à tarde e o jornal foi fechado porque a direção forçou assumindo toda responsabilidade desta pesquisa manobrada. E se arrependeram porque, numa visita que eu fiz à Folha de Londrina no sábado à tarde, às vésperas das eleições, disseram que já estavam cansados de receber telefonemas criticando essa tentativa de manobra.

E isso já ocorreu, não esqueçamos em 82 pelo Pro Consult tentando passar Leonel Brizola para trás no Rio de Janeiro. E passou-se Pedro Simão no Rio Grande do Sul em 82 para trás, quando atrás de manobras de pesquisas ele retirou a fiscalização de urnas no dia da votação e da apuração de votos. Foi nesse sentido que isso foi publicado visando que os petistas se retirassem da fiscalização da apuração e da votação.

Mais a frente Londrina venceu e, agora as críticas faremos porque prefeitos do interior se quiserem apoiar candidatos têm inteira liberdade se locomovendo com carros próprios ou com ônibus contratados. Mas não com ônibus pagos pelo erário público; não com ônibus chapa branca como foi o caso das cidades que eu citei Sertãoópolis e Leopólis. Isso é um absurdo e tem que ser punido quem assim age com a verba pública independente de que partido seja. E se fosse do PT também teria que ser punido.

E por aí estamos festejando essa vitória do PC do B, PSB, PTS e do PDT que ocupa a chapa de Luiz Eduardo Cheida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No grande expediente concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje ao Grande Expediente falar sobre a reforma tributária que o Governo Federal fala em enviar ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Necessário no entanto algumas considerações preambulares, e entre elas trago uma nota aqui da Gazeta do Povo, de ontem que diz o seguinte:

"A reforma fiscal abordada sobre o ponto de vista do Estado será o tema da Mesa Redonda marcada para o próximo dia 19, na Assembléia, com a presença do Secretário da Fazenda, Heron Arzua. O evento, confirmado pelo Presidente Anibal Khury, deverá discutir as modificações propostas pelo Governo na legislação tributária que retiram a autonomia dos Estados e municípios.

Segundo o Presidente Anibal Khury, após a audiência dos especialistas a Assembléia deverá manifestar-se sobre o assunto."

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é oportuno que esta Casa já comece, desde logo, a discutir esta questão tributária. Mas é preciso que a gente entenda, também desde logo, o que quer o Governo Federal. Ele quer uma reforma tão somente fiscal, ou ele quer uma reforma tributária? Ou ele quer, tão somente um ajuste fiscal? Tão importante que já, desde logo, se encontrem os caminhos que quer caminhar o Governo Federal. Se fosse tão somente um ajuste fiscal, o ajuste é uma espécie de um reparo na estrutura tributária, de um reparo pequeno, seria um pequeno conserto. Agora se vamos fazer uma reforma fiscal ou tributária agora já vamos mexer nas estruturas maiores do nosso sistema tributário nacional, porque uma reforma já significa mudanças, já significa transformações.

Agora, o que nos preocupa é que os dias estão passando, nós estamos chegando ao final do ano e não chega ao Congresso Nacional a Mensagem do Governo. O Governo ainda não definiu exatamente o que quer, ora fala em criar o imposto transitório das movimentações financeiras, que antes era chamado ITF, imposto das transações financeiras; ora fala o Governo em extinguir o IPI e criar em seu lugar o imposto seletivo, incidente sobre apenas alguns produtos essenciais e de fácil tramitação; ora fala o Governo em criar o imposto único, extinguindo todos os demais. Mas é importante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós lembremos que uma reforma tributária ela não pode ser feita de afogadilho, nós aprovamos agora, nos últimos dias do ano de 1992 uma reforma tributária para entrar em vigor a 1º de janeiro do ano que vem! Porque nós temos uma porção de aspectos técnicos a serem resolvidos. Novos impostos significam novas

orientações às empresas, aos contadores, novos impressos, novos formulários, e para isso tudo não há tempo! Além do aspecto cultural, o sistema tributário de uma Nação, de um país, ele se insere dentro da cultura de um povo, que de maneira que ao longo do tempo ele vai sedimentando, e cultura, o que é cultura de um povo? Cultura de um povo, é um conjunto de conhecimentos, cultura de um povo é o modo de ser, é o modo de viver desse povo, é o conjunto de usos e costumes que um povo adquire ao longo do tempo; e não é de uma hora para outra que nós podemos romper todo um passado cultural, ou implantar uma nova mentalidade de um momento para o outro. E na questão tributária nós temos que levar em conta este aspecto cultural.

Mais uma questão a ser também examinada. Fala-se que uma das preocupações do Governo é com respeito à sonegação. Ora! Diz-se que neste País há muita sonegação. Então, se o Governo pretende fazer tão somente um ajuste fiscal, que significaria arrecadar mais, basta que o Governo combata a sonegação. E para nós sabermos em que setores existe a sonegação é muito fácil, basta nós pegarmos os agregados macroeconômicos, como nos ensinou o grande economista inglês John Mainard Keynes, peguemos por exemplo o PIB do País, ou o PNB, vamos pegar os demais agregados macroeconômicos, a renda nacional, a renda pessoal, a renda pessoal disponível, são todos agregados que nos dão o perfil da nossa economia. Peguemos o PIB, separamos por setores da economia: O setor primário, que é a agricultura a grosso modo; o setor secundário, que seria a indústria; e o setor terciário, que seria a prestação de serviços, sabemos quais os impostos que incidem em cada um desses setores, e nós saberemos o que deveria incidir e o que estamos arrecadando. E saberemos exatamente onde é que está havendo a sonegação, em cada um dos setores, e vamos atrás dos sonegadores, vamos buscar esses recursos que pertencem ao Tesouro e estaremos equilibrando a receita e a despesa do País.

Portanto, é muito fácil localizar os sonegadores e saber onde estão e onde nós buscamos essas receitas que pertencem ao erário público. No mais, uma reforma tributária, ela há que atender ao princípio da anualidade. A norma geral do nosso sistema tributário nacional, ele estabelece o princípio da anualidade, quer dizer, nenhum tributo pode entrar em vigor no mesmo ano de aprovação da lei, com exceção dos tributos previstos no artigo 150, § 1º, que diz o seguinte: "A vedação do inciso III, b, não se aplica os impostos previstos nos artigos 153, I, II, IV, V e 154, II", que mais na frente do pronunciamento, havendo tempo, nós comentaremos qual é.

Mas é importante lembrar também que quando se fala em reforma tributária não é somente impostos, porque o nosso sistema tributário nacional está escrito lá no nosso código tributário nacional, como também está escrito na Constituição, no artigo 145, está bem claro: São tributos, impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Então, quando nós falamos no geral tributos, nós estamos envolvendo imposto, taxa e contribuição de melhoria. Agora, quando nós queremos especificar, temos que descer aos detalhes, será uma reforma só de impostos, ou será uma reforma só de taxas, ou de contribuição de melhorias; ou em sendo reforma tributária abrange os três tributos.

Mas é importante também observar que quando nós vamos estabelecer um tributo, nós temos que levar em conta a capacidade econômica do contribuinte. Não basta nós criarmos um tributo que o contribuinte não tenha capacidade econômica de pagar, como também é besteira a gente continuar cobrando certos impostos que não cobrem sequer o custo da arrecadação. Isto sim tem que ser revisto neste País e me surpreende às vezes algumas campanhas de determinados prefeitos que fazem propaganda institucional nos meios de comunicação, dizendo: "Pague o seu IPTU em dia e tenha garantida a realização de obras no seu município". Ora, nós sabemos que na maioria dos nossos municípios, o IPTU não representa sequer 2% do total da arrecadação, do total do orçamento do município. Com isso nós transmitimos à população uma imagem falsa da distribuição dos tributos, pois o que mantêm os municípios brasileiros hoje é o Fundo de Participação dos Municípios e a sua participação no ICM; o Imposto Predial e Territorial Urbano, significa uma parcela ínfima do orçamento e não se transforma muitas vezes, num grande volume de obras.

O Sr. Geraldo Cartário - Vossa Excelência me concede a palavra?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Concedo, Deputado Geraldo Cartário. Eu só vou arrematar uma frasezinha aqui e terei prazer em conceder aparte a Vossa Excelência.

Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, vejo com bastante simpatia, quando prefeitos estabelecem isenção de impostos para imóveis situados nas suas periferias, para aquelas pequenas casas populares, lá no longínquo bairro habitacional, lá no loteamento urbanizado, isentam de tributos, notadamente de impostos, essas casas, porque o imposto que se arrecada ali, tem apenas um valor simbólico e nada significa, em termos financeiros, pa-

ra o orçamento do município e em assim fazendo, em isentando de impostos essas casas, cumpre-se uma função social, porque o pequeno imposto que o trabalhador do bairro de periferia paga para o erário público, nada representa, ou representa uma quantia muito pequena, mas para o trabalhador do bairro, significa muito para o seu bolso.

Concedo o aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Senhor Deputado, o seu pronunciamento, visando a reforma tributária, tem colocações importantes. Eu queria me referir ao aspecto do IPTU de municípios como Vossa Excelência citou. Nada representa, porque praticamente não arrecadam absolutamente nada com o IPTU.

Mas faço à Vossa Excelência uma pergunta que deve ser feita aos que formularam a nova Constituição, aos nossos Deputados Federais: "Como o município pode sobreviver com a diferença brutal da arrecadação paga pelos contribuintes de uma maneira geral?". Eu dou exemplos: Um município com 40 mil habitantes, a arrecadação no ano inteiro não é a de 15 dias de um município com 60 mil habitantes, isto por quê? Porque a distribuição dos valores agregados de ICMS não são distribuídos aos municípios, de acordo com o número de habitantes. Já muitas tentativas foram feitas a nível de Estado, mas a Constituição Federal impede uma melhor distribuição de renda, aí vem a revolta da população de que tudo se faz e se faz com muita espreiteza por aqueles que colocam sempre a mão no bolso do contribuinte, mas o que o povo está querendo, e nós, como representantes do povo, também estamos querendo uma transparência nos recursos arrecadados na sua distribuição, haja visto que os municípios têm o Prefeito que paga os salários dos funcionários em dia, tem professoras ganhando até dois salários-mínimos, e municípios vizinhos um do outro, as professoras ganham 80% do salário-mínimo, às vezes nem o salário mínimo completo e ainda com salários atrasados.

Eu pergunto a Vossa Excelência, será que esse Prefeito que atrasa os salários de seus funcionários e que as professoras ganham pouco, menos que o salário-mínimo, são prefeitos incompetentes e desonestos? Ou o sistema de distribuição de renda dos municípios que não é certo e que não é correto?

Por essa nossa preocupação, e que Vossa Excelência está discutindo uma matéria de maior profundidade e de maior interesse do Estado do Paraná como também do Brasil, é que nós aqui da Assembléia, que nessa reforma que se apresenta, que também seja reformada a distribuição dos recursos ar-

recadados a nível de número de habitantes aos municípios no Brasil inteiro, para evitarmos de uma vez por todas que o Prefeito seja elogiado e tenha dinheiro até para aparecer na imprensa e outros Prefeitos sequer tenham condições de pagar os seus funcionários e as suas professoras.

Então a minha preocupação como municipalista, como Prefeito que fui, é que haja uma transparência e haja critérios mais honestos e mais honrados na distribuição da arrecadação, porque arrecadar está se arrecadando, o contribuinte sempre paga, num litro de cachaça ele paga um imposto absurdo, numa carteira de cigarro também, e é o pobre que está pagando, e é este pobre que mora em lugares mais distantes e municípios mais empobrecidos que não tem retorno do imposto que ele paga.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Concederei nobre Deputado Bona Turra, só me permita responder ao nobre Deputado Geraldo Cartário. Em seguida darei aparte a Vossa Excelência.

Quero dizer nobre Deputado Geraldo Cartário que seu aparte é bastante oportuno e as colocações que Vossa Excelência faz, faz com conveniência, oportunidade e conhecimento, pois desde o tempo que fui Prefeito ouço dizer do nome de Vossa Excelência como um competente municipalista e que Vossa Excelência já presidira associação de municípios, associação de Vereadores, portanto, traz para esta Casa esta vivência e esta experiência, e pode, portanto, dar a este assunto um encaminhamento, uma contribuição bastante importante.

Vossa Excelência coloca algumas questões, como é que em alguns municípios algumas professoras são bem remuneradas e em outros não ganham sequer 80% do salário mínimo. Em verdade eu conheço municípios como Cornélio Procopio, onde o salário mínimo da Professora equivale a três salários mínimos. Então uma professora ingressa na Prefeitura já ganhando três salários mínimos de piso.

Talvez, nobre Deputado, algumas dificuldades que tenham os Prefeitos, talvez eles tenham uma arrecadação pequena ou estejam extrapolando aquele limite de 65% estabelecido na Constituição para gasto com o pessoal. Se um Prefeito se descuida e gasta mais do que 50% com o pessoal, na verdade ele já passa a ter dificuldade com seus outros custeios, não só com custeio mas com as verbas de investimento.

Vossa Excelência coloca como é que um Prefeito faria se ele isentar o IPTU, mas não vai isentar de todo mundo, vai isentar

são, digamos, da classe menos favorecida. Mas ao mesmo tempo em que ele isenta o trabalhador lá da ponta de bairro, ele deve taxar mais pesadamente as mansões do centro da cidade que são aquelas que podem pagar o IPTU.

Coloca Vossa Excelência também quais seriam as receitas do município. Então, veja: mais de 90% ou 95% da totalidade das receitas dos municípios é composta pelo ICMS e pelo Fundo de Participação dos Municípios. Agora, quero concordar com Vossa Excelência quando lembra no cálculo do ICMS as coisas não estão bem claras ainda. Na verdade, quando fomos prefeitos, - e Vossa Excelência o foi, o Deputado Colombino foi, tantos outros aqui presentes foram - fomos atrás de explicações do ICMS nem sempre tivemos explicações que nos convencessem, porque a distribuição se faz em termos de habitantes, é bem verdade, mas a população é apenas um dos componentes que disciplina uma distribuição de ICMS. Além da população, a área geográfica do município é também a sua potencialidade econômica, as suas indústrias, a sua economia. Tudo isso é que forma o índice para a distribuição do ICMS.

Entendido, respondido o aparte do nobre Deputado Geraldo Cartário, eu concedo um aparte ao nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Deputado Oswaldo Trevisan, Vossa Excelência traz à Casa uma temática da maior atualidade, e é de se preocupar e estranhar que o Governo Federal, quando às vésperas do fechamento do ano fiscal, coloque na agenda de debates nacionais a proposta que seria de uma reforma tributária global e que agora foi redimensionada para um ajuste de emergência no sentido de fechar as contas do Governo.

Amadurecendo a questão da forma tributária, e entendendo como uma questão que tem duas faces fundamentais: de um lado a questão da distribuição da renda entre os Estados, dos tributos entre os Estados e municípios com a contrapartida da União e a outra face que é da distribuição da renda - é estranhável que o Governo não tenha colocado na ordem do dia um projeto de lei que tramita no Senado da República, de autoria do, hoje Ministro de Estado, Senador Fernando Henrique Cardoso que institui o imposto sobre grandes fortunas, que tem previsão constitucional.

E matéria sempre na Constituição da República, tem projeto que tramita há mais de um ano no Senado da República sem que até hoje tenha uma solução para esta matéria, e se propõe medidas de emergência para ajustar o caixa. Como também a Procuradoria da Fazenda Nacional está às vol-

tas com uma questão das mais graves, das mais sérias, que é a que diz respeito ao FINSOCIAL. E um Ministro de Estado, representando o Paraná, Senador da República, vai à TV e aos meios de comunicação e conclama o empresariado nacional à sonegação. Isto é, entendendo que o FINSOCIAL é incorreto ou é impertinente ou é inconstitucional, e considerando que há uma massa de contribuintes muito expressiva que vem recolhendo o FINSOCIAL aos cofres da República, um Senador da República, Ministro de Estado, se sente à vontade para propor a insurgência das forças contribuintes no País.

De modo, Deputado Oswaldo Trevisan, que o que eu estou observando, e Vossa Excelência traz este debate, é uma enorme confusão. As principais questões estão sobre a mesa e questões de natureza secundária, emergencial, conjuntural se coloca na ordem do dia. De modo que eu acho que este debate que deverá ser realizado, e que Vossa Excelência inicia aqui na Casa, deve procurar recolocar as questões principais.

Tenho acompanhado nos diversos jornais, não só locais como também nacionais, a crise dos municípios. Se de um lado há comentaristas econômicos que dizem, e têm afirmado, através de diversas manifestações, que a União descarregou nos municípios recursos de uma reforma tributária prevista no sistema tributário constitucional sem que tenha descarregado também os encargos, nos municípios por onde tenho ido e nas manchetes que eu tenho acompanhado, nas reportagens econômicas que eu tenho visto, o que eu vejo é que grande parte dos municípios, inclusive do Paraná, não vão conseguir pagar o 12º e muito menos o 13º salário. De modo que a crise dos municípios, mesmo com o novo Sistema Tributário Nacional é algo que está na Ordem do Dia e essa reforma tributária que vem anunciada pelo Governo Federal, sendo ensaiada pelo Governo Federal, sem que tenha se concretizado até agora. Nada diz sobre isso, diz sobre descarregar mais encargos aos municípios, mas nada diz sobre a crise que afeta em larga escala, não só os municípios do Paraná, que é o quarto Estado da Federação, mas inúmeros municípios brasileiros, alguns dos quais já há quatro ou cinco meses, nem sempre por má gerência ou corrupção, não conseguem honrar sequer a folha de pagamentos.

De modo que, o imposto sobre grandes fortunas, que é um projeto amadurecido, debatido nas comissões temáticas da Câmara Federal, do Senado da República, não foi colocado na Ordem do Dia, talvez pela presença de banqueiros, de grandes empresários no Governo da República, essa que é uma temática principal e amadurecida não

se ponha na Ordem do Dia. Como também não se põe na Ordem do Dia o reaparelhamento do sistema de arrecadação e fiscalização da Fazenda Nacional, como também a questão da advocacia geral da União, do fortalecimento da Procuradoria da Fazenda da República, que são todas questões maduras e que não precisam atabalhoadamente serem apreciadas pelo Congresso Nacional, porque um projeto de Sistema Tributário Nacional, um Projeto de Reforma Tributária que contemple redistribuição de tributos e distribuição de renda, precisa ser amadurecido e o que se precisa ter é o cumprimento da Constituição, o grande programa deste País, o programa de salvação do País se chama Constituição da República Federativa do Brasil e tudo mais é tergiversação, de modo que emendas a Constituição, reformas de última hora, ajustes emergenciais são todas questões que se colocam para escamotear o principal, que é a necessidade de dar cumprimento às normas constitucionais que é o de jogar para frente os projetos que estão maduros e propor um projeto para o País. E de lamentar que por razões alheias a vontade do Presidente da República, mais uma vez transfira, adie o seu pronunciamento à Nação para que possa dizer a que veio, porque o que nós estamos vendo é uma reprodução, não dos métodos menores adotados por Collor, mas dos métodos tradicionalmente adotados pelas classes dominantes, de através de cortinas de fumaça deixarem sob a mesa os problemas principais e sobre a mesa colocarem os problemas secundários, tentando mais uma vez de afogadilho e contra o interesse dos contribuintes nacionais, contra o interesse das classes médias e populares e no interesse exclusivo, através da redução de alíquotas sobre impostos em relação as empresas mais uma vez favorecer os grandes interesses nacionais, os grandes interesses multinacionais atuantes aqui no Brasil.

Eu agradeço o aparte, Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado Turra, na verdade essa preocupação que traz Vossa Excelência com respeito aos municípios ela é pertinente, porque observe, a reforma é de iniciativa do Governo Federal, agora por mais benevolentes que sejam as alterações em benefício dos municípios, o Governo Federal não vai abrir mão de tributos que lhe pertencem gratuitamente assim em favor dos municípios, de modo que tanto municípios como estados devem ficar atentos a esta reforma para evitar que eles tenham ainda mais diminuídas as suas participações no bolo tributário nacional.

E mais, nobre Deputado, é de se ver que os tributos devem ser instrumentos de

Curitiba, terça, em 17.11.92

redistribuição de renda. O Poder Público não deve arrecadar tributo só pelo fato de arrecadar. Tem que ter aí a filosofia da redistribuição de rendas, para que se possa cumprir um papel social. E eu me lembro - ainda voltando no aparte do nobre Deputado Geraldo Cartário - como diria, qual é uma das soluções para os municípios melhorarem a sua arrecadação? E aqui eu tenho os Prefeitos eleitos - João Arruda, Albino Corazza, Dobrandino, Rafael Greca também - que são Prefeitos eleitos, uma fonte de recursos importante para os municípios agora, é a contribuição de melhoria, cuja sistemática de tributação nós modernizamos nesta Constituição.

E Vossa Excelência perguntava o que fizemos nesta Constituição? Uma das coisas foi esta: modernizamos a sistemática da contribuição de melhoria, porque antes desta Constituição, a contribuição de melhoria era um tributo definido assim na Carta Magna anterior: "Contribuição de melhoria é o tributo devido em virtude da realização de obras públicas de que decorra a valorização da propriedade imobiliária." Então vejam, quantas questões tínhamos que atender para cobrarmos contribuição de melhoria. Tínhamos que mostrar a obra pública e mostrar que dela resultou a valorização da propriedade imobiliária, o que era um fator muito subjetivo, muito difícil de quantificar.

Agora, com o novo conceito que colocamos na Constituição, está escrito assim: "Contribuição de melhoria decorrente de obra pública." Quer dizer, então ficou muito mais fácil para um Prefeito, para um Governador ou para um Presidente, cobrar contribuição de melhoria, que me parece que é um tributo moderno, bastante justo e cobra realmente de quem tem, de quem pode pagar.

Seria então, nobre Deputado, mais uma fonte de recurso.

O Sr. Geraldo Cartário - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Agradeço o aparte, uma vez mais, de Vossa Excelência e aproveito - conversando com o grande municipalista, que para felicidade de Toledo, elegeu-se Prefeito, o Deputado Albino Corazza - no dia 09 de dezembro, às 10 da manhã, no Plenarinho, gostaríamos até de fazer o convite aos municipalistas, Deputados; aos demais Deputados, para uma reunião de onde sairá um documento a ser enviado a Brasília, com a colocação e a posição dos Deputados Estaduais do Paraná, porque a nossa maior preocupação - e eu dizia a Vossa Excelência - é que não podemos exigir de um Prefeito que tem uma arrecadação inferior, no ano inteiro, município de 40 mil habitan-

tes do que ter um município de 60 mil habitantes com apenas 15 dias de receita. Não é possível um Prefeito ser igual.

Então, tudo isto porque a Constituição Federal impede ao Estado, aos Deputados Estaduais, de mexer num artigo da Constituição que determina que 75% da distribuição do ICMS, do valor agregado é intocável. Nós não temos poderes para mudar alguma coisa.

Então, seria uma oportunidade até de levarmos a preocupação nossa aos Deputados Federais, nessa Emenda que se pretende, que é a nova reforma, que estão citando que é a reforma fiscal.

Então, agradecemos uma vez mais o aparte de Vossa Excelência, e vamos fazer um apelo aqui aos municipalistas, para debatermos isto que é de suma importância, não só para aquele que paga, mas aquele que espera receber alguma coisa em troca daquilo que pagou, do imposto que pagou. E os municípios menores são precisamente aqueles que - respeito o meu amigo Deputado Turra - mas os municípios menores, pequenos, até aqueles bens, as propriedades, os valores - como citou nosso amigo Deputado - nos municípios pequenos não existem grandes fortunas, não existem grandes bens a serem taxados em benefício do município. Por isso é que precisamos sim, dar um mínimo indispensável para que o município sobreviva e para que todos os Prefeitos possam honrar os seus compromissos, especialmente pagando de acordo os funcionários de educação, saúde e do transporte, para que todos sejam iguais perante a lei, que hoje a discriminação é horrível, é tremenda. Tem Prefeitos que admiro, como ainda conseguem dizer que são Prefeitos, ainda gastaram o seu tempo, o seu sacrifício e o seu dinheiro para disputar uma eleição municipal, quando na verdade, eles vão entrar no maior sacrifício pessoal, porque a arrecadação que chega aos municípios não dá para tocar o município para frente.

Essa a nossa preocupação com o municipalismo que tem que ser revisto e que tem que ser mudado. O que nós queremos é que todos os Prefeitos sejam iguais, mas para isso eles têm que ter um mínimo indispensável da arrecadação. Hoje nenhum Deputado aqui - nem aqui nem em lugar algum - tem o direito de criticar um Prefeito que não paga os seus funcionários em dia, só se antes chegar a um município e fazer um levantamento da arrecadação, para depois tachar e difamar qualquer Prefeito. Por isso é que nós temos que respeitar.

Curitiba tem um milhão de dólares por dia para gastar - não que seja muito grande para a administração de Curitiba, mas é razoável. Agora, há municípios que com o ICMS, sequer pagam o posto de gasolina,

muito menos a folha de Vereadores. Por isso é que tem que ser revisto isto. Essa a nossa grande preocupação.

Obrigado pelo aparte.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Cabe ainda, na esteira do aparte de Vossa Excelência e do nobre Deputado Turra, algumas considerações.

Ele citou a questão do FINSOCIAL com que o Governo Federal até hoje se debate na Justiça, discutindo a legalidade daquela contribuição. Com a criação de novos impostos, no afogadilho, impostos que já estão sendo contestados, talvez o Governo venha enfrentar grandes demandas judiciais, e fique aí, durante um longo período, discutindo na Justiça, a constitucionalidade ou não do tributo.

Vale ressaltar também outro aspecto com respeito aos impostos. Nós temos os chamados "impostos diretos" e os "impostos indiretos".

"Impostos diretos" são aqueles que repercutem diretamente sobre a renda do cidadão: ele paga no momento em que recebe a sua renda.

"Impostos indiretos" repercutem nos gastos. Nós pagamos na medida em que gastamos as nossas rendas.

Exemplo de "imposto direto": Imposto de Renda.

Exemplo de "imposto indireto": ICMS.

Nós pagamos, no nosso dia-a-dia, na nossa vida, muito mais impostos indiretos do que impostos diretos. No entanto, só estranhamos quando vamos fazer a Declaração de Imposto de Renda e dizemos: "Puxa vida! Quanto vou pagar!" Esquecemos quanto mais nós já pagamos de ICMS.

Portanto, é muito mais fácil tributar, estabelecendo impostos indiretos que a população paga sem perceber, do que estabelecer impostos diretos. É por esta razão que talvez o Poder Público muitas vezes, ao tributar, prefira o caminho dos impostos indiretos.

Prosseguindo, Senhor Presidente, agora para finalização.

Algumas considerações técnicas agora, que precisamos levar em conta.

Então, como dissemos: o tributo tem que obedecer à capacidade econômica do contribuinte. Isto está na Constituição, § 1º do Artigo 145: "Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte".

Merece também uma ligeira análise, o Artigo 150, III letra "b": "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

I -

II -

III - Cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou".

E o que se chama "Princípio da Anualidade".

Ainda no Artigo 150, inciso VI, com respeito à anistia. Muito se fala em anistia.

"§ 6º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal".

Agora, para finalizar, resta um ligeiro comentário com respeito ao Artigo 153. Nós sabemos que quando se trata de ajuste fiscal, em certos casos, o Executivo não precisa de leis. Ele tem poderes já outorgados aqui na Constituição. Ele faz por decretos, por procedimentos administrativos. E é o que diz aqui no § 1º do Artigo 153: "É facultado ao Poder Executivo, atendidas às condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V", que é importação de produtos estrangeiros, exportação, produtos industrializados. Então, certas coisas o Executivo pode fazer com uma penada administrativa.

Agora, é importante também quando diz aqui no § 3º: "O imposto previsto no inciso IV" (que é produto industrializado):

"I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, ...

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior".

Então quando diz aqui que o imposto será seletivo, é o que eles estão falando agora, em criar o tal imposto seletivo. E o que é que vem a ser esse imposto? Vem a ser o IPI de hoje, com uma nova roupagem, incidente só sobre uma meia dúzia de produtos chamados essenciais.

Para finalizar, observem o que diz o Artigo 154: "A União poderá instituir:

I - mediante Lei Complementar, impostos não previstos no artigo anterior..."

(que são trata dos tributos da União)

"...desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição

Então, observem o seguinte, mediante lei complementar, que exigem um "quorum" qualificado, a União poderá instituir impostos. Então vejam, se ela só vai mexer em impostos federais, ela pode fazer através de uma lei complementar. No entanto, se se vai fazer uma reforma tributária, se se vai mexer com os Estados e os Municípios, já não serve mais a lei complemen-

Curitiba, terça, em 17.11.92

tar, é necessário uma emenda constitucional que tenha uma tramitação especial, conforme o específico para sua aprovação.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, merece análise de todos nós esta questão da reforma tributária, porque diz respeito à União, diz respeito ao nosso Estado do Paraná, diz respeito aos nossos municípios. Precisamos ficar atentos, porque o Governo Federal não mandaria uma reforma, dificilmente mandaria, quando busca aumentar as suas reservas de cofres; não mandaria uma reforma que diminuísse a sua arrecadação ou que beneficiasse os municípios. Vamos ficar atentos para quê? Para que o Governo aumente a sua arrecadação. Não precisa de uma reforma, basta melhorar o que está aí e aplicar o que está na Constituição.

Por falta de espaço deixamos de comentar a questão do sigilo bancário, que reservamos para uma outra oportunidade e consideramos aqui encerradas as nossas considerações com respeito à questão tributária.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Horário destinado ao Grande Expediente.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do Deputado NELSON GARCIA, que autoriza o Departamento de Estradas e Rodagem a contratar diretamente serviço de mão-de-obra volante - bôia-fria, para realização de obras de manutenção. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Uma informação, Senhor Presidente: a Emenda Supressiva que esteve em votação, ontem, eu consulto a V.Exa. se ela foi aprovada em Plenário. Emenda a este Projeto, que ontem estava em votação, em

2ª discussão, e havia uma Emenda Supressiva de um artigo. Consulto à Mesa se a Emenda foi aprovada em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Foram aprovadas ontem, em 2ª discussão, a Emenda nº 1 e Emenda nº 2, de Plenário.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Consulto se havia uma Emenda Supressiva de um artigo. Eu não lembro o número.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Aqui só consta a Emenda nº 1 e nº 2, de Plenário, aprovadas ontem em 2ª discussão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Só havia estas duas Emendas e foram aprovadas em Plenário? (Assentimento do Presidente). Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação a Emenda nº 1.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero registrar, não tenho informações de qual das duas Emendas que é supressiva ao prazo de contratação dos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Lerei as duas Emendas.
(Lê) - Emenda nº 1.
(Lê) - Emenda nº 2.
Em votação a Emenda nº 1.
APROVADA.
Em votação a Emenda nº 2.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, para Encaminhar a Emenda nº 2, que suprime uma prazo mínimo de contratação que o Projeto original contemplava, tinha uma contratação de no mínimo 30 dias. E a Emenda Supressiva suprime este mínimo de que se possa dar perspectiva de um trabalhador ter condições de trabalhar, de ser contratado temporariamente pelo DER.

Nós queremos encaminhar contrariamente esta Emenda, porque entendemos que ela, ou melhor, que o Projeto original contempla os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho de necessidade, que aquele que se dispõe a prestar o serviço para o Estado, necessita. Por isso, nós entendemos que esta Emenda nº 2 prejudica os trabalhadores contratados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação a Emenda. APROVADA.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Peço verificação de

votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere: 22 APROVAM, 10 REJEITAM. APROVADA a emenda.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Declaração de voto) - O texto proposto pela emenda, Deputado Ovídio, em nada alcança ou prejudica os interesses dos trabalhadores. Os trabalhadores teriam interesse em trabalho pleno. O que o Projeto contempla é trabalho provisório no interesse público. Portanto, evidentemente, o interesse público não pode se subordinar ao interesse particular do trabalhador em ter trabalho perene. O mínimo que o Deputado Ovídio Constantino pretendia, evidentemente não poderia ser contemplado pelo Projeto e daí o nosso voto ser no sentido da aprovação da emenda - como foi, no interesse público e dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa lembra o Deputado, que pelo art. 161: "É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa para publicação declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna".

Sô para conhecimento.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/92, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO e OUTROS, que denomina "EDUCANDÁRIO SÃO FRANCISCO" a ESCOLA CORRECCIONAL PROFESSOR QUEIROZ FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE LÍDERES EVANGÉLICOS DE COLOMBO", com sede e foro no Município de Colombo-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 100/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.313.120.000,00 (um bilhão, trezentos e treze milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. Em discussão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esse Projeto de Lei visa alterar o orçamento da Assembléia Legislativa. Senhor Presidente, nós constatamos na publicação da Ordem do Dia que foi um erro ou uma manobra neste

Projeto. Nós queremos esclarecer ao plenário e solicitar à Mesa a correção ou o encaminhamento ou a solução da nossa questão.

Na Mensagem do Senhor Governador, no texto, o Senhor Governador diz o seguinte: "Visa a presente Mensagem atender despesas referentes a equipamentos e material permanente e aquisição de imóveis. Da Assembléia Legislativa".

Na publicação dos anexos nós vimos o contrário: - A verba de cancelamento com os referidos códigos 4120 e 4210, as duas verbas canceladas, são as verbas ditas pelo Governador, na Mensagem, que é para atender as despesas. E a verba suplementada, é, portanto, o inverso do que consta aqui no Projeto.

Eu quero ler aos Senhores Deputados o código 3132 em que estaria sendo suplementada e que na realidade está sendo suplementada pelos anexos, ela diz o seguinte: "Para contratação de outros serviços e encargos". Portanto, a verba está sendo transferida de uma conta para outra, mas a publicação está ao inverso. A mensagem diz que a verba está sendo suplementada para adquirir e atender despesas referentes a equipamentos de material e aquisição de imóveis e nos anexos a verba está sendo suplementada, na realidade, para remuneração de outros serviços e encargos. Portanto, o projeto está inadequado. Nós queríamos esclarecimento sobre a questão que o projeto seja retirado da Ordem do Dia para que seja corrigido e, ao mesmo tempo, que se for verdadeiro, Senhor Presidente, que a transferência de 1 bilhão e 313 milhões seja para contratação de serviços e encargos da Assembléia Legislativa, há necessidade de também a este Plenário desta Casa o esclarecimento de que em que serviços serão contratados e serão gastos esses recursos da Assembléia aqui nesta Casa.

Nós gostaríamos que a Mesa encaminhasse essa nossa dúvida ou essa correção e, ao mesmo tempo, o esclarecimento. Ou que nós retirássemos o projeto da Ordem do Dia para que seja analisado e esclarecido as dúvidas no dia de amanhã. E na nossa avaliação não tem condições de ser votado, a não ser que se esclareça de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Existe um parecer da Comissão Executiva aprovando o presente projeto de lei. Vou submeter ao Plenário a aprovação do projeto ou não. O plenário é soberano para decidir isso, para ver se aprova ou não.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Eu solicito que V.Exa. consulte o Plenário se está esclarecido. Para votar e no nosso entendimento é necessário a retirada do projeto da Ordem

do Dia se não há condições de esclarecer o projeto porque ele está inadequado, aqui. Ele diz que cancela verbas e na verdade, suplementa verba que está cancelando. Não há condições de votar um projeto dessa forma. Se os Deputados analisarem os anexos e o que diz a mensagem, é totalmente contraditório. Porque a mensagem suplementa visando atender a compra de equipamentos e aquisição de imóveis e justamente esta é a verba cancelada nos anexos.

SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Tendo em vista a disparidade de informações, eu solicito às lideranças se não é vantajoso que se transfira para amanhã a votação do referido projeto para esclarecimento das dúvidas.

Transferido para amanhã a 2.^a discussão do projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o Memorial Descritivo contido no Artigo 2º da Lei nº 9.236, de 30 de abril de 1990. (MUNICÍPIO DE TUNAS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Public. no D.A. nº 08 de 25.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

"NIHL OBSTAT" que o projeto prossiga por se tratar de adequação da lei à geografia local. O mérito será considerado pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

Em Votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)
- Sr. Presidente: novamente este Projeto tem algumas dúvidas que nós solicitamos esclarecimento.

O Projeto, consta aqui no anexo uma correspondência recebida da diretoria de pesquisas dando informações ao Presidente Anibal Khury, sobre o Projeto. E nas referidas informações a diretoria de pesquisa diz:-..."finalizando após verificação, existe registro de topônimo correlato ao de Dunas em outra unidade da Federação." Este ofício foi dirigido à Assembléia Legislativa, ao Sr. Presidente respondendo a um provável Pedido de Informação da Casa, ou do autor do Projeto, que segundo consta aqui é o Deputado Anibal Khury, de que há topônimo, isto é, há outra cidade com o mesmo nome do município, isto é inconstitucional e não se pode criar um município com o mesmo nome de outro já existente. Da mesma forma não está publicado aqui, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei que cria o município, só existe no Artigo 1º a súmula

que diz:-"Altera o memorial descritivo contido no Artigo 2º da Lei nº 9.236." Quero ressaltar que nós, hoje, solicitamos informações e corremos a Casa à procura dos arquivos de Diário Oficial para ver esta Lei e não nos foi possível encontrar, pelas informações já está há um ano os Diários Oficiais do ano 90 para serem encadernados. Então na Casa não existe a informação sobre este Projeto de Lei.

No entanto a Constituição Estadual, segundo o nosso entendimento, Sr. Presidente, este Projeto está alterando a divisa do município. Eu consulto à Mesa se o memorando descritivo que aqui consta é a alteração do Município de Dunas digo é a alteração da divisa do município de Dunas, ou se é a alteração do quadro urbano, isto não está publicado na Ordem do Dia e não encontramos a Lei para conferir.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O memorial descritivo é do Município, inclusive tem o Parecer da C.C.J., favorável. Agora eu tenho uma dúvida sobre o topônimo, isto não deve ser verdadeiro porque criaram a capital do Estado de Tocantins com o nome de Palmas e nós sabemos que há muitos anos existe Palmas, aqui no Paraná. Eu acho que isso não deve ser de lei.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Poderá ter sido burlada a Lei.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ou V.Exa. poderá estar enganado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu entendo que a dúvida levantada pelo Deputado Ovídio poderá ser sanada amanhã, quando o Projeto voltará a 2.^a Discussão. Na fase de hoje estamos analisando a constitucionalidade do Projeto, a modificação do memorial descritivo ou divisa do município, isso é amplamente amparado, é constitucional. Se houver realmente o topônimo e houver necessidade de emendarmos o Projeto é evidente que isso poderá ser solucionado com a apresentação de uma Emenda, no dia de amanhã quando o Projeto vir a 2.^a discussão, no dia de hoje acredito que não tem discussão maior para se desenvolver, a não ser votar o Projeto.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, nós entendemos que é possível acatar a sugestão do Deputado Pessuti, mas eu mantenho a questão se a informação de V.Exa., como nos disse agora há pouco, o Projeto é de alteração da divisa do Município, ele está confrontando, ele está frontalmente em contrário o que diz a Constituição, porque a Constituição Estadual no seu artigo 19, inciso 2º, diz

o seguinte: "Que haverá necessidade de consulta prévia mediante plebiscito à população da área a ser incorporada, fundida, ou desmembrada de qualquer Município". Portanto, se o Projeto está alterando a divisa de um Município, ele terá que cumprir essas exigências constitucionais, o que não consta em nenhum momento aqui na Ordem do Dia esta informação. Eu quero informar inclusive à Casa que na Comissão de Constituição e Justiça alguns Projetos que chegaram às nossas mãos para Parecer, nós colocamos em diligência, foi acatado para que se cumprisse estes dispositivos constitucionais. Se há alteração da divisa do Município a Constituição exige que seja feito a consulta prévia à população.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Terminou seu encaminhamento Deputado?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Correto, eu estou dizendo que encaminho contrariamente porque está inconstitucional segundo o artigo 19, inciso 2º da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) Eu vou colocar o Projeto em votação tendo em vista o Parecer Favorável da CCJ, pelo qual eu tenho que me ater, afinal de contas a CCJ é feito para isso, para verificar a parte legal do processo. Eu vou colocar em votação, com encaminhamento contrário do Deputado Ovídio Constantino. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de permaneçam como estão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) - Que seja registrado o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Aprovado. Com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Só levantou o Ovídio Constantino, os outros não levantaram.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Eu registro o voto contrário do Deputado Doutor Rosinha e o Deputado Ernani Pu-dell, e parece que tem outros de pé aí. E Pela Ordem também Sr. Presidente eu quero dizer a V.Exa. que o Ministério Público já deu Parecer de inconstitucionalidade por Palmas, Capital de Tocantins, chamar-se Palmas. Quer dizer, é inconstitucional sim, é que não foi acatado apesar do Parecer do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não foi acatado, tanto é assim que Palmas existe, senão não existiria.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulância nos polos regionais. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126 de 02.09.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/92

P A R E C E R:

Ao recepcionar da Douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer ao Projeto de Lei nº 239/92, de autoria do Nobre Deputado Eurides Moura, o qual versa sobre autorização ao Poder Executivo Estadual, a implantar Central de Ambulância nos pólos Regionais do Estado, verificamos ser esta propositura de relevante cunho social e a nível de Saúde Pública. por outro lado, no que tange ao aspecto constitucional, legal e regimental, nada obsta a sua normal tramitação nesta Comissão, notadamente, o mesmo é autorizatório, delegando ao Poder Executivo Estadual, tal mobilidade, no que concerne a sua efetivação.

O nosso PARECER é FAVORÁVEL pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.10.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;
TOTI COLAÇO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 239/92

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei nº 239/92, de autoria do Nobre Deputado Eurides Moura, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulâncias, nos polos regionais.

A questão da Saúde tem sido um dos maiores desafios do Poder Público, pois a demanda é sempre crescente e infelizmente o investimento no setor não acompanha essa progressão.

Sobre o crivo da Comissão de Constituição e Justiça esta entendeu correto o pleito aprovando a sua tramitação.

A propositiva merece todo apoio e recebe parecer FAVORÁVEL PELA SUA APROVAÇÃO: E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 239/92

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Eurides

Moura, o Projeto de Lei em exame, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulâncias nos pólos regionais.

Verificamos tratar-se de uma medida merecedora de elogios e traz consigo prioridades que beneficiam a sociedade.

Verificamos, também, a finalidade protetiva e emergencial, voltadas à questão da saúde, proporcionando melhores condições de atendimento ao público.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, que juntamente com a Comissão de Finanças, manifestaram-se favoráveis à aprovação do Projeto.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Saúde, chamada a opinar, segue o entendimento das Comissões supracitadas opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1775, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1782, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1795, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1787, 1774, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780 e 1781, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1792, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1799, de autoria dos Srs. Deputados Hermas Brandão, Antônio Annibelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1786, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1773, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1769 e 1770, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida

César, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1789 e 1790, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1791 e 1788, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1794, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1793, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário com apoio do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. **-Em Discussão.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno. Requerimento nº 1797, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1771 e 1772, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1800, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1798, de autoria do Sr. Deputado Cezar e Silvestri, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/92.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025/91, 571/91, 022/92, 239/92, 246/92, 344/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 368/91, 033/92, 063/92, 274/92.

Levanta-se a sessão.